

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009252-68.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Telefonia**  
 Requerente: **Maria Edileuza dos Santos**  
 Requerido: **Claro S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.**

**MARIA EDILEUZA DOS SANTOS** ajuizou a presente **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**, em face de **CLARO S.A.**

A requerente, é cliente da requerida e utiliza uma linha com plano pós-pago. No entanto, em 23/03/2017 começou a receber cobranças referentes à outra linha telefônica, que não contratou; foi até a loja da ré informando não ser a titular da linha; mesmo assim, nos meses seguintes (maio, junho, agosto) continuou recebendo as cobranças; tentou resolver diversas vezes o problema extrajudicialmente, por telefone mas as cobranças continuam sendo realizadas. Requereu a procedência da ação para que seja declarada a inexistência dos débitos, a indenização pelos danos morais causados pelo transtorno que vem passando, a inversão do ônus da prova, a exibição das reclamações efetuadas, e a concessão da tutela antecipada para que cessem as cobranças indevidas e para que seu nome não seja inserido no rol de “maus pagadores”. Juntou documentos às fls.06/15.

A antecipação de tutela foi deferida às fls. 16.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação alegando

**1009252-68.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que a linha em questão foi contratada pela autora para a utilização de seu marido; que não existe nenhuma irregularidade, pois o serviço foi contratado pela autora e efetivamente prestado; a requerente não faz jus a indenização por danos morais, pois não sofreu nenhum prejuízo. No mais, rebateu a inicial, pontuou pela legalidade das cobranças e pediu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 58/129.

Sobreveio réplica a fls. 133/137.

As partes foram instadas a produção de provas (fl. 153): a requerente manifestou desinteresse (fl.159) e a requerida permaneceu inerte (cf. certidão de fl. 163).

Pelo despacho de fls. 164 foi determinado que se colhesse informes junto ao SERASA/SCPC a fim de averiguar se no nome da autora existem outras negativas.

Na sequência, foi encartado o ofício que segue a fls. 172.

**DECIDO**, no estado em que se encontra a lide, por entender completa a cognição e pelo desinteresse demonstrado pelas partes em relação a produção de outras provas. .

A questão debatida deve ser avaliada consoante os ditames do CDC.

A autora nega ter firmado qualquer negócio com a ré a respeito da linha telefônica (16) 991786061 e esta última não fez prova do contrário. Não nos trouxe qualquer documento sobre a alegada contratação que deu origem à negativação (constante de fls. 172). Apenas juntou os documentos de fls. 58/127, EMITIDOS UNILATERALMENTE – FATURAS E OUTROS DOCUMENTOS – além de PRINT DE TELAS DO SEU PRÓPRIO SISTEMA INFORMATIZADO; nenhum deles comprova a contratação **pela autora** da linha referida.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em se tratando de “fato negativo” não nos é dado exigir do autor a demonstração do alegado. O ônus da prova da efetiva contratação, então, incumbia ao demandado, até porque, como já dito, aplicáveis ao caso as regras do CDC.

A responsabilidade do postulado, no caso, é objetiva, nos termos do artigo 14 do CDC, que assim dispõe: “O fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos” (destaquei).

Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º, ou seja, a inexistência do defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

\*\*\*\*\*

A autora é consumidor equiparada (por ficção jurídica) consoante prevê o artigo 17 do CDC, por ter sido vítima de um “acidente de consumo”, definido como todo fato jurídico produzido por um defeito na prestação de serviços e gerador de violação a interesse de terceiros.

Como a responsabilidade da postulada é objetiva, pouco (ou nada) interessa se seus funcionários agiram ou não com culpa na formalização do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contrato, devendo os valores cobrados ser declarados inexigíveis.

Nessas hipóteses mister que estejam presentes o dano, o nexo e o serviço falho.

O dano sofrido pela autora e o nexo são claros: recebeu notificação do SCPC por pendência de débitos (v. fls. 09/11 e 14/15) e as fls. 172 comprovou a negatificação de seu nome pela ré.

A atuação falha da ré também me parece evidente.

Conquanto se presuma que atue ela com diligência nos seus negócios, no presente caso, passou a emitir faturas de uma linha que a autora não havia contratado.

Mesmo que seus funcionários tenham agido com cautela, o resultado da ação não se altera.

A responsabilidade do(a) ré(u), como já dito, não está fundada na ocorrência de ato ilícito (afinal, o exercício da atividade empresarial é lícito e permitido), mas sim no risco da atividade, razão pela qual a responsabilidade é reputada objetiva por força de lei (art. 14, *caput*, CDC).

Ademais, ao contemplar as duas únicas hipóteses de exoneração de responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do serviço, o legislador (art. 14, § 3º, incisos I e II) nenhuma menção faz ao caso fortuito e a força maior como causas excludentes.

A respeito confira-se a lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Andrade Nery, *in Leis civis comentadas*: atualizado até 20 de julho de 2006: RT, p. 197/198.

Temos nos autos, assim, caso típico de “fortuito interno”, ou seja, aquele fato que se relaciona diretamente com os riscos inerentes ao desempenho da atividade empresarial.

Em suma: quem contrata nessas circunstâncias responde pelos danos advindos da subsequente inscrição indevida do nome da vítima nos órgãos de restrição ao crédito, o mesmo se dando com a inserção irregular do CPF e RG da vítima do ato criminoso.

Nesse diapasão o seguinte aresto: REsp 774.640/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DF 05/02/2007, p. 247.

Assim, tem a autora direito a exclusão da negativação aqui discutida, conforme comprova o documento de fls. 172.

Urge, por fim, enfrentar o pleito indenizatório.

A negativação está comprovada pelos documentos de fls. 09/11 e 15, e o comando partiu da ré, conforme documentos de fls. 172.

Ocorre que pelo documento de fls. 172, verificamos que **a autora teve outras negativações, inseridas pelas empresas CREDYSTEM e PERNAMBUCANAS na mesma época.**

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com a autora.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e das condições subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª C. Civ – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000). Cabe, ainda, citar o verbete da **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para **DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO** aqui discutido no valor de R\$ 428,55 e tornar definitiva a tutela deferida a fls. 29. Oficie-se para retirada definitiva da negativação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pelo acima alinhavado, fica rechaçado o dano moral.

Defiro o levantamento do valor depositado a título de caução a favor da requerente (cf. fls. 38). Expeça-se mandado.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas. A autora deverá pagar honorários advocatícios ao patrono do requerido que fixo por equidade em 10% sobre o valor dado à causa. Da mesma forma o requerido deverá pagar honorários advocatícios ao patrono da autora, que também fixo em 10% sobre o valor dado à causa. Em relação a autora, deverá ser observado o parágrafo 3º do art. 98 do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 19 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**